



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 599, DE 2012, ADOTADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE “DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PELA UNIÃO AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS, COM O OBJETIVO DE COMPENSAR PERDAS DE ARRECADAÇÃO DECORRENTES DA REDUÇÃO DAS ALÍQUOTAS NAS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES INTERESTADUAIS RELATIVAS AO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO - ICMS, INSTITUI O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2013, ÀS 11H, NO PLENÁRIO Nº 19, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e treze, na Sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Eduardo Cunha, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 599, de 2012, com a presença das Senadoras Lídice da Mata e Lúcia Vânia, dos Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Walter Pinheiro, José Pimentel, Aloysio Nunes Ferreira, Casildo Maldaner, Francisco Dornelles, Delcídio do Amaral, Blairo Maggi e Armando Monteiro; da Deputada Luciana Santos, e dos Deputados Gabriel Guimarães, Hugo Napoleão, Ronaldo Caiado, Dr. Jorge Silva, Arnaldo Jardim, Colbert Martins, Onofre Santo Agostini e Sarney Filho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à leitura e apreciação do Relatório. A Reunião é suspensa às onze horas e trinta minutos, sendo convocada reabertura para o dia trinta de abril de dois mil e treze. Às onze horas e quarenta minutos do dia trinta de abril de dois mil e treze, é reaberta a Reunião. São aprovadas as Atas da segunda, terceira, quarta e quinta reuniões. O Presidente passa a palavra ao Relator, Senador Walter Pinheiro, para que proceda à leitura do Relatório. A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende apresenta Requerimento de retirada de pauta da matéria. O Requerimento é colocado em votação e é rejeitado. O Deputado Ronaldo Caiado solicita verificação nominal. Realizada a verificação nominal, é constatada a falta de quorum na Câmara dos Deputados. A Reunião é encerrada às doze horas e três minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Eduardo Cunha, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputado EDUARDO CUNHA
Presidente



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 599, de 2012.

Não vou submeter a ata à votação. Vou deixar para quando a reunião se realizar.

A presente reunião destina-se à discussão e votação do relatório.

Por acordo entre os integrantes da Comissão e o próprio Relator, nós vamos suspender esta reunião e retornar na terça-feira, dia 30, às 11 horas, quando o Relator apresentará o seu relatório, que ainda não está concluído. Ele pediu mais esse prazo para que pudesse terminar.

Então, a reunião está suspensa e retornará terça-feira, dia 30, às 11 horas.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 29 minutos e suspensa às 11 horas e 30 minutos do dia 25 de abril de 2013, a reunião é reiniciada às 11 horas e 40 minutos do dia 30 de abril de 2013.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Quero saudar todos os Parlamentares. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Reuniões.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião destina-se à discussão e à votação do relatório.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro para proceder à leitura do relatório.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, o que nós tínhamos até acordado na reunião anterior é que nós vamos necessariamente precisar de uma rodada de negociações, a partir exatamente do que se processou com a Resolução nº 1, do Senado Federal.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Pela ordem, Presidente. Eu tenho um requerimento sobre a mesa de retirada.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Retirada de quê?

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Retirada da matéria.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Retirada da matéria de pauta?



A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Eu recebi agora aqui o requerimento da Professora Dorinha Seabra Rezende, do Democratas do Tocantins. Concedo a palavra para que ela possa defender o requerimento – apenas o autor fala do requerimento – e depois nós colocaremos em votação o requerimento.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Muito obrigada, Presidente.

Na verdade, eu aqui represento a Bancada do Democratas. Entendo a importância...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Pois não.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Bom dia.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Representando o Líder Ronaldo Caiado, pela Bancada do Democratas, eu faço uma solicitação de retirada, entendendo a seriedade do tema e preocupada, em virtude de a resolução que detalha toda a regulamentação em relação ao tema ainda não ter sido votada. É um tema importante, que causa preocupação na maioria dos Estados que nós representamos, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e nós gostaríamos de ter tempo de maior debate e, inclusive, após a leitura da resolução. Na votação da resolução, que ainda tramita no Senado, há várias emendas ainda cujos destinos nós não sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Professora, eu queria fazer uma ponderação a V. Exª, porque essa é uma matéria de extrema relevância, é uma matéria federativa. Nós temos prazo de validade dessa medida provisória, que está em cima. A resolução está para ser votada na terça-feira. O intuito hoje não é votar a medida provisória, é apenas ler o relatório e conceder vista. Esse é um processo em que nós estávamos – eu estava, no Ministério da Fazenda – discutindo o Projeto de Lei Complementar nº 238. É todo um processo que será em conjunto.

Então, eu faria um apelo a V. Exª que nos permitisse, que não precisássemos submeter a retirada de pauta, que nós lêssemos, e, obviamente, essa matéria não será levada à votação antes de a resolução ter sido terminada na CAE. É um apelo que eu farei a V. Exª, porque o interesse de V. Exª é o mesmo de todos nós, é o de chegar ao consenso.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Senador José Pimentel. Primeiro, o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Presidente, eu compreendo o apelo de V. Exª, mas V. Exª tem que entender as razões que



animam a Deputada que apresentou o requerimento de retirada. Nós não estamos aqui com espírito obstrucionista. Fosse isso, não daríamos quórum, por exemplo. Concorremos para que nós tivéssemos quórum, a Deputada, eu e outras pessoas, que temos interesse na matéria. Ao apelo, eu queria sugerir a V. Exª que o substituísse por uma proposta efetiva.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – A proposta efetiva é nós lermos...

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Deixe-me concluir.

Afinal de contas, nossa disposição está aqui revelada. A resolução tem data marcada, em princípio, no dia 7. Não se sabe se chegará ao final. Acho que seria de bom alvitre, até para podermos fluir aqui, que se apresentasse uma proposta muito objetiva de condicionantes e prazos, que não fosse simplesmente “vamos esperar votar na terça-feira de manhã e, em seguida, à noite, vamos começar a discussão e votação”. Está certo?

A proposta que eu gostaria de receber da Mesa, se possível, ou de quem quer que fosse, seria uma proposta de acordo que passasse pelo seguinte: condicione-se primeiro a questão da aprovação da resolução; se determina depois um prazo efetivo de discussão e negociação e, daí, marcarmos um cenário de acordo de votação. Sem essa proposta mais arrumada e ajambrada, acho que fica um apelo por si só.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Se nós não tivermos um consenso de celeridade não vai adiantar nem qualquer tipo de acordo porque ela vai perder a validade em 16 de maio.

A nossa proposta: em primeiro lugar, a medida provisória não terá qualquer validade sem a resolução ter sido votada. É obvio porque faz parte do texto da medida provisória a vinculação dela à resolução. Ela é inócua sem a resolução. Então, não vamos votá-la hoje.

O nosso objetivo é ler, cumprir esse prazo e vamos, efetivamente, após a votação da resolução, porque temos ainda que passar por esta Comissão esse debate e, depois, temos que levar ao Plenário da Câmara – e já sabemos que não conseguiremos fazer na semana que vem no Plenário da Câmara, já é sabido que não será, e V. Exª sabe as motivações – e, depois, na outra semana, teremos um dia para a Câmara e um dia para o Senado se tiver acordo. Ou seja, já é uma possibilidade muito difícil de a gente chegar ao fim. Se a gente não fizer um esforço mínimo – e esse esforço passa pela leitura hoje –, se não houver esse esforço hoje com a leitura... Esse é um tema em que ninguém aqui vai querer sobrepor-se a ninguém. Nem o Senador Walter Pinheiro, nem eu, nem V. Exª, nem o Líder do Governo – eu vou passar a palavra para ele –, ninguém!

Então, é uma coisa que é construção. Estamos apenas cumprindo uma etapa. Ele está colocando um texto porque sequer conheço e gostaria também de ter vistas para poder até me preparar para o debate com ele e para sugerir as minhas modificações. Nós não temos nenhum objetivo obstrutivo aqui.



A minha ponderação a V. Exª é deixarmos ler e vamos criticar isso aqui e nada disso aqui terá valor sem a resolução. É o apelo que faria a V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Só um minutinho, o Senador José Pimentel pediu primeiro. A V. Exª passo em seguida.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, matéria que envolve o pacto federativo como é essa ela só evolui através de acordos de procedimento e acordo de votação e V. Exª, Deputado Eduardo Cunha, tem contribuído nesse processo e, no caso específico das medidas provisórias, tem discutido a aplicação da Resolução nº 1, a sua interpretação porque era recente. Portanto, acho que proporia, tanto à oposição como à base do nosso Governo, que aqui todos têm colaborado para dar quórum, para permitir o andamento dessa matéria. Quanto a isso é fato e contra fatos não há o que contrapor.

A segunda questão é que uma matéria desse porte, sendo esse parecer do nosso Relator, permite uma consolidação dos entendimentos que ele já produziu, a avaliação que ele está fazendo das emendas apresentadas e a melhor forma é dar conhecimento a todos nós para que a gente possa, a partir daí, apresentar as nossas sugestões, os nossos complementos, os nossos procedimentos que cabem na matéria. A preocupação que tanto a Professora Dorinha como o nosso Líder do PPS me apresenta é quanto à Resolução nº 1. Ela está pautada para o dia 7 pela manhã.

Eu faria um apelo a todos nós que nos permitissem fazer a leitura do parecer hoje, como forma de dar conhecimento e, em seguida, a gente suspende os trabalhos e voltáramos dia 8, que é quarta-feira, e daria prazo suficiente para concluir a Resolução nº 1, e teríamos ainda o resto do dia 7 e esse período todo para fazer essas discussões. Voltáramos no dia 8 com a discussão, ou seja, não faríamos a discussão hoje.

É evidente que as intervenções são normais, mas a gente não encerraria a discussão hoje como forma de procedimento. E, no dia 8, a gente voltaria para concluir a discussão. Se nós entendermos que concluímos a discussão, aí, partiríamos para a votação. E, nesse período aqui, tanto o Relator da Resolução nº 1, como o Relator da MP nº 599, até o dia 8, seria prazo para fazer a complementação de votos, para fazer ajustes no texto.

Seria essa a nossa sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Deputado Caiado, V. Exª tem a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, entendo muito bem. V. Exª sabe o quanto sou de trabalhar no sentido de produzirmos acordos, só que solicito a V. Exª que entenda uma coisa só: isso é questão de vida ou morte para alguns Estados, entre eles o Estado de Goiás. Entendeu?



As coisas não são simples dessa maneira como foi colocado. Não foi simples, não é simples assim. Já passamos por várias situações que têm penalizado enormemente o Estado. Se o Governo Federal resolveu iniciar um pacto federativo às avessas, tudo bem, porque sei que deve compartilhar primeiro quem tem mais com quem tem menos, mas o Governo resolveu distribuir miséria, ou seja, aquilo que os Estados já não têm, nem os Municípios. O lógico seria começar exatamente revendo aquilo que o Governo Federal arrecada aos demais entes federados.

Agora, ler uma matéria sem que aqueles Parlamentares que estão diretamente envolvidos nesse assunto, onde alguns Estados resolveram os seus problemas, e nós estamos totalmente excluídos de uma solução, com a história de que vem um fundo de desenvolvimento, uma história que vem novamente um fundo de compensação. Porque em momento algum tivemos apoio para ser por emenda constitucional, e, sim, por legislação ordinária, que não nos garante nada esse repasse e nem esse incentivo.

O problema maior, Sr. Presidente, é que quero chamar a atenção, é que, às vezes, as pessoas colocam aqui de uma forma simplista: ora, vamos compensar Goiás, Tocantins, Bahia, Pará, enfim, essas regiões que não tiveram oportunidade de provar o desenvolvimento do Sul e Sudeste. Mas quero levar ao conhecimento de V. Ex^a o outro lado, o outro viés do problema.

Quando da cidade de Catalão, em Goiás, hoje, temos lá a transferência da Mitsubishi para São Paulo, não é compensar Goiás com aquilo que Goiás deixou de arrecadar, não. Já pensou bem o vazio que se cria? O desestímulo que se cria? O empobrecimento que causa numa região inteira do Estado de Goiás? A mesma coisa que a Zona Franca se acha no direito de ter aqui ICMS de 12%, que tem o direito do Governo, da União Federal bancar aqui uma renúncia fiscal só para a Zona Franca de Manaus de R\$22 bilhões, por ano, enquanto em todo o Centro-Oeste, Norte e Nordeste, as renúncias são de R\$6 bilhões. Então temos que rever. E não podemos aceitar que haja essa tramitação de que tudo lá na frente acerta. Essa é a história da Carochinha, Presidente! Desculpe-me. Queremos sentar e queremos decidir.

O requerimento de retirada de pauta foi colocado. Vamos manter. Está certo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Deputado Caiado, eu queria...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – E gostaríamos só...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – V. Ex^a me permitiria...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – E gostaríamos só que, depois de cancelada a reunião, pudéssemos, aí, sim, saber quais são as alternativas de sobrevivência para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Deputado Caiado, permita-me interagir com V. Ex^a, que é uma pessoa de muito bom senso, muito equilíbrio e sempre disposto a ter a compreensão exata do processo. Essa medida provisória não está reduzindo a alíquota de ninguém.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – E nem está acabando com isso.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Esse processo, só para complementar a V. Ex^a, é discutido na resolução.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Essa resolução é prerrogativa do Senado. Só que sei também que, se não tivermos essa MP, eu quero ver se eles vão montar, cobrar e implantar essa resolução do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Mas essa MP não existe...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Então, essa ameaça, para nós, não cola, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Não estou ameaçando.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Essa ameaça de que o Senado resolve! Não resolve, não. Porque essa medida provisória, se não for aprovada, não há como essa resolução ser implantada. Certo? Eu acho que não tem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Essa medida provisória é uma consequência da existência da resolução.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – É o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Se a resolução existir sem essa medida provisória de compensação, aí o caos está instalado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Aí eu quero ver. Eu quero pagar para ver.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Aí o caos está instalado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Vou pagar para ver. Eu quero ver quem é que vai montar essa solução de cima para baixo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Que de cima para baixo?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu quero ver, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Eu quero lhe dizer...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – O Goiás quer ver quem vai montar essa estratégia. Entendeu?



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Não. O que eu quero dizer a V. Ex^a é o seguinte: isso aqui não tem...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Essa tese não nos amedronta, não. Nós vamos enfrentar essa medida provisória e vamos obstruí-la até que sentemos à mesa e que Goiás tenha sobrevivência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Não. Isso é outra coisa.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Essa é uma posição política de V. Ex^a, o que eu entendo. Agora que essa medida provisória não tem nenhum efeito sem a resolução ser aprovada, não.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – O fundo de compensação é feito por onde?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Só pela resolução.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – O fundo de desenvolvimento é feito por onde?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Se a resolução não existir, ele não existe. Ele só existe se existir a resolução.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Mas nós não queremos exatamente isso da maneira como está. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Esse é outro problema. V. Ex^a pode não concordar com o conteúdo.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Esse é o atual problema. Esse é o atual problema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Não, Veja bem. Essa medida provisória não tem qualquer valor se não existir a resolução.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – O problema é a resolução.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – E se não tiver... Mas se tiver a resolução, sem a medida provisória, eu quero saber quem é que vai implantar essa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Altamente implantável.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Quem é que vai implantar?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – É automaticamente implantável.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Ah, é automático? Eu quero saber quem é esse automaticamente que vai implantar. Pois está aí. Pois vai ser o primeiro momento em que os entes federados vão reagir no Brasil. É



inaceitável achar que Governo é feito para governar Brasília e não é feito para governar o País. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Esse é outro debate.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Nós não podemos admitir essa tese aqui dentro. Isso é uma reforma tributária às avessas. Está certo? O governo é centralizador. Nós temos compromisso com a base municipalista e, no entanto, nós estamos vendo exatamente o contrário: fazer vontade de Governo Federal e distribuir miséria entre os Estados e Municípios. Essa é a realidade.

Então, a nossa posição vai ser manter o requerimento, convocar toda a Bancada. V. Exª sabe que a Bancada do Norte, Nordeste e Centro-Oeste tem maioria ampla. Alguns Estados foram atingidos, infelizmente, com a resolução. V. Exª sabe os Estados que foram atingidos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Eu ainda não conheço o teor da resolução que vai ser votada.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – V. Exª sabe que o Mato Grosso do Sul buscou uma alternativa no gás. Está certo? Amapá, Roraima, Amazonas buscaram alternativas em outras zonas instaladas e com condições de tratamento diferenciado. E os outros Estados? Nós fomos colocados simplesmente como o quê? Moeda de troca no jogo? Então, não, Presidente. Esse é um jogo de que nós não abrimos mão. Desculpe-me, mas a nossa posição vai ser essa aqui, pedindo o apoio de todos para que possamos sentar à mesa com o Ministério da Fazenda e aí, sim, possamos definir a situação de sobrevivência dos demais Estados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Bom, dito isso, parece-me que existe um requerimento e ele vai permanecer. Não nos restará alternativa a não ser votar o requerimento e dar o andamento que for.

Então, já encaminharam o requerimento. Alguém quer encaminhar contrário? Já encaminhou? *(Pausa.)*

Então, vamos colocar em votação.

Os Srs. Parlamentares que forem a favor do requerimento de retirada de pauta permaneçam como se encontram; os que forem contrários que se manifestem. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Verificação solicitada. Verificação concedida.

Vamos para a verificação.

Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

“Não”.

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

SF - 9

MP nº 599/2012 (6ª Reunião)

25/04/2013

Senador Vital do Rêgo. (*Pausa.*)
Senador Romero Jucá. (*Pausa.*)
Suplentes. Cabem três suplentes aqui.
Senador Casildo Maldaner. (*Pausa.*)
Senador Clésio Andrade. (*Pausa.*)
Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)
Senador Jarbas Vasconcelos. (*Pausa.*)
Senador Francisco Dornelles. (*Pausa.*)
“Não”.
Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)
Senador José Pimentel. (*Pausa.*)
Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)
Senador Lindbergh Farias. (*Pausa.*)
Cabem suplentes.
Senador Delcídio do Amaral. (*Pausa.*)
Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)
Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)
Senador Eduardo Lopes. (*Pausa.*)
Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa.*)
“Sim”.
Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa.*)
“Sim”.
Senador Wilder Moraes. (*Pausa.*)
Cabe um suplente.
Senador Cássio Cunha Lima. (*Pausa.*)
Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)
Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)
Senador Gim Argello. (*Pausa.*)
Cabe suplente.
Senador Blairo Maggi. (*Pausa.*)
Senador Armando Monteiro.
“Não”.
Senadora Kátia Abreu. (*Pausa.*)
Deputado Josias Gomes. (*Pausa.*)
Deputado Gabriel Guimarães. (*Pausa.*)
Cabe suplente.
Deputado Sibá Machado e Deputado Henrique Fontana. (*Pausa.*)
Deputado Eduardo Cunha. (*Pausa.*)
“Não”.
Deputado Lelo Coimbra. (*Pausa.*)
Cabe suplente.
Deputado Colbert Martins. (*Pausa.*)



Deputado Sandro Mabel. (*Pausa.*)
Deputado César Halum. (*Pausa.*)
Deputado Hugo Napoleão. (*Pausa.*)
Suplente.
Deputado Armando Virgílio. (*Pausa.*)
Deputado Onofre Santo Agostini. (*Pausa.*)
Deputado Vaz de Lima. (*Pausa.*)
Suplente.
Deputado Cesar Colnago. (*Pausa.*)
Deputado Esperidião Amim. (*Pausa.*)
Deputado Ronaldo Caiado. (*Pausa.*)
Deputado Milton Monti. (*Pausa.*)
Deputado Paulo Foletto. (*Pausa.*)
Suplente.
Deputado Glauber Braga. (*Pausa.*)
Deputado Jorge da Silva. (*Pausa.*)
“Não.”
Deputado Arnaldo Jardim. (*Pausa.*)
“Sim.”
Deputado Jorge Corte Real. (*Pausa.*)
Deputado Osmar Júnior. (*Pausa.*)
Suplente.
Deputada Luciana Santos. (*Pausa.*)
Algum Senador ou Deputado membro que não votou?
Senador Lindbergh. Como vota o Senador Lindbergh?
(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (PT – RJ) – Sr. Presidente, o meu voto é “não”.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Qual é o resultado, Sr. Presidente? V. Exª já fez a leitura. V. Exª poderia proclamar o resultado?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Ainda estou em processo de votação, ainda estou chamando.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Em processo de votação? Já encerrou a lista.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Eu não encerrei a lista, eu posso fazer segunda chamada, se assim eu desejar. O seu vôo ainda pode esperar um pouquinho, calma.

Bom, eu vou encerrar a votação. Mais algum Senador ou Deputado que não votou ou queira votar? (*Pausa.*)

Então, votaram SIM 4 Srs. Parlamentares; votarão NÃO 9 Srs. Parlamentares.



O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Quer dizer que não houve quórum suficiente. São 15, realmente a reunião caiu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – O.k. Então, não havendo quórum, declaro...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Exª poderia chamar uma nova reunião com a mesma pauta para o dia sete?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Eu vou chamar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – É competência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – É competência minha e eu vou chamar.

Dia sete. Eu vou decidir o horário e comunicarei com antecedência que o Regimento me permite e todos receberão em seus gabinetes o comunicado.

Decidirei o horário, mas está encerrada esta reunião e convocada para o dia sete.

(Iniciada às 11 horas e 29 minutos, suspensão às 11 horas e 30 minutos do dia 25 de abril de 2013, reiniciada às 11 horas e 40 minutos do dia 30 de abril de 2013, a reunião é encerrada às 12 horas e 3 minutos.)